

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA NOTURNO

Portira Teixeira Machado de Freitas

**O COTIDIANO ESCOLAR E OS DESAFIOS DA CRIANÇA COM
AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Santa Maria, RS

2023

Portira Teixeira Machado de Freitas

O COTIDIANO ESCOLAR E OS DESAFIOS DE CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão, apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Pedagoga**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Márcia Doralina Alves

Santa Maria, RS

2023

Portira Teixeira Machado de Freitas

**O COTIDIANO ESCOLAR E OS DESAFIOS DE CRIANÇA COM
AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão, apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura Plena Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagoga.

Aprovada em ____ de ____ de 2023:

(Presidente\ Orientador)

Banca: Profª Drª Tânia Micheline Miorando

Profª Drª Daniela Antonello Lobo D'avila

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por ter me dado sabedoria e compreensão, para poder chegar até aqui.

Obrigada família e amigos que acreditaram e torceram pelo sucesso da minha trajetória acadêmica, obrigada pelas palavras e gestos de carinho recebido.

Entre tantos agradecimentos, não poderia deixar de mencionar, meus pais. Obrigada por todo o suporte, por nunca soltarem a minha mão, vocês foram minha força nos dias difíceis.

Obrigada à minha orientadora Prof^a. Dr^a Marcia Doralina Alves, pelo carinho que me recebeste, desde o primeiro momento. Obrigada pelos ensinamentos e incentivo durante todos esses meses.

A inclusão acontece quando...

“Se aprende com as diferenças e não com as igualdades”(Freire, 1998).

RESUMO

**O COTIDIANO ESCOLAR E OS DESAFIOS DE CRIANÇA COM AUTISMO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

AUTORA: Portira Teixeira Machado de Freitas

Orientadora: Márcia Doralina Alves

O presente trabalho tem como finalidade compreender o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. A pesquisa tem como objetivo descrever como ocorre o processo de inclusão das crianças com autismo na Educação Infantil, bem como discutir sobre o papel da escola nesse processo. Caberá ainda problematizar a respeito da construção de práticas pedagógicas inclusivas para todas as crianças, inspirada nos pressupostos teóricos da psicanálise. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, enquanto que, para a análise dos resultados será utilizado a análise textual discursiva. Realizou-se um levantamento das publicações sobre a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil, usando como base de dados o site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Diante dessa pesquisa foi possível compreender a importância de debatermos a temática da inclusão de crianças com autismo, cada dia mais presente no cotidiano escolar, desafiando os professores quanto às práticas pedagógicas desenvolvidas.

Palavra-Chave: Autismo. Educação Infantil. Inclusão.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	8
1.1 OBJETIVOS.....	10
1.1.2 GERAL.....	10
1.1.3 ESPECÍFICOS.....	10
1.2 JUSTIFICATIVA.....	11
2- O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	12
2.1 - A EDUCAÇÃO INFANTIL: INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	12
2.2- CONHECENDO UM POUCO DO AUTISMO NA VISÃO PSICANALÍTICA ..	18
3. CAMINHOS METODOLÓGICOS	22
4- DISCUSSÃO DOS DADOS	26
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS.....	32

1- INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como ponto inicial descrever o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil. A escolha do tema se dá pela minha trajetória pedagógica que teve início no ano de 2016, onde tive o primeiro contato com uma criança com autismo. A partir de então, procurei mais informações a respeito da temática, a fim de compreender quem são as crianças com autismo. A escola onde atuo como professora de Ed. Infantil também proporcionou momentos de estudo com profissionais especializados para esclarecer as dúvidas e contribuir na inclusão desses alunos.

As escolas que recebem essas crianças precisam estar em busca de novos métodos pedagógicos para que a inclusão realmente aconteça. Assim, entende-se por inclusão, a parceria de todos os profissionais envolvidos, bem como o respeito pela subjetividade e forma de expressão de qualquer criança. Esta ideia nos faz encarar a escola como um espaço onde todas as crianças aprendem, adquirem conhecimentos e desenvolvem-se enquanto seres humanos. Desse modo a inclusão da criança com autismo, precisa ser compreendida num processo que socializa, interage e desenvolve as habilidades do ser humano, respeitando suas peculiaridades. Este princípio está expresso na Declaração Salamanca, que fala da inclusão em um sentido amplo.

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades. A experiência em muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais é mais eficazmente alcançada em escolas inclusivas que servem a todas as crianças de uma comunidade (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 61).

Percebe-se que as construções teóricas sobre pessoas com necessidades educacionais especiais não são recentes, nem marcadas por um planejamento distante da realidade do aluno (Mendes, 2011). Embora tenhamos avanços nessa

área, os desafios da inclusão permanecem diariamente para professores, alunos e comunidade.

No que se refere ao diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista - TEA, esse é característico do campo médico e configura-se por dificuldades relacionadas à socialização e comunicação, incluindo padrões de comportamentos estereotipados, por vezes repetitivos. Leo Kanner, psiquiatra austríaco, foi o primeiro a descrever esse quadro, em 1943 (Mendes, 2011). Podemos observar que, desde o estudo realizado por Kanner e diante do número crescente de crianças diagnosticadas com autismo, muitos estudos estão sendo realizados nessa área. Atualmente, o foco é tentar descobrir uma causa genética para essa condição. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM-5(2013) (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders), afirma serem as neurociências aptas a dar respostas para os diversos tipos de Transtornos Mentais. Diante dos estudos e pesquisas, entende-se como causas genéticas a coexistência, na forma de comorbidade, entre determinadas síndromes genéticas e o TEA. Este conhecimento surge em meados de 1980 com a identificação de que cerca de 20% de pacientes com o diagnóstico da síndrome do X Frágil também tinham sintomas que atendiam ao diagnóstico de Autismo. Outras síndromes genéticas, devidas a alterações cromossômicas, mutações gênicas ou síndromes sem causa identificada foram reconhecidas também. As características comuns entre elas é a presença de defeitos morfológicos associados à deficiência intelectual. Estima-se que entre os pacientes com essa síndrome, 10 e 30% apresentam comorbidade com o TEA.(Universidade Presbiteriana Mackenzie CCBS – Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.15, n.2, p. 29-42, 2015).

Para fins desse estudo, me apropriei de alguns referenciais da Psicanálise para pensar o autismo, uma vez que essa perspectiva lança um olhar cuidadoso e sensível sobre a criança em constituição, fato que me agrada muito quando se trata das infâncias e seus meandros. Laurent (2014) e Maleval (2017), falam sobre o que há de específico na estrutura subjetiva do autista e que determina o seu modo tão original de ser. Com base no que aprendemos com pessoas autistas, podemos extrair uma série de diretrizes, eixos norteadores. Trata-se de compreender como um sujeito que

é absolutamente singular no modo de ser poderá inventar modos de conexão com o mundo e com o outro semelhante.

Pensando nessas novas formas de ensinar, aprender e ver, bem como tornar o processo de inclusão significativo, pergunto: como ocorre o processo de inclusão da criança com autismo na Educação Infantil? Dessa forma, busca-se compreender a importância da escola ao incluir uma criança com autismo na educação infantil, no intuito de proporcionar aprendizagens significativas e práticas pedagógicas inclusivas. Diante do que está posto, esse trabalho é de cunho bibliográfico e tem como objetivo compreender como ocorre o processo de inclusão das crianças com autismo na educação infantil, buscando expandir conhecimentos sobre a ótica da teoria psicanalítica.

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 GERAL

Compreender como ocorre o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil.

1.1.3 ESPECÍFICOS

- Descrever como ocorre o processo de inclusão das crianças com autismo na Educação Infantil;
- Problematizar questões referentes à constituição psíquica das crianças com autismo e o papel da escola nesse processo;
- Contribuir com a construção de práticas pedagógicas inclusivas para todas as crianças.
- Conhecer um pouco sobre o autismo na visão psicanalítica.

1.2 JUSTIFICATIVA

A escolha do tema deve-se ao desejo de aprofundar conhecimentos sobre práticas pedagógicas inclusivas para a inclusão escolar de alunos com autismo. A realização desse trabalho, se deve ao fato da pesquisadora, como professora, ter experiências com crianças autistas e querer conhecer novas metodologias e estratégias que ajudarão essas crianças na escola. Durante uma conversa com a professora orientadora, despertou a vontade de estudar o autismo na visão psicanalítica, uma vez que essa vertente teórica nos desafia a olhar para as crianças com autismo para além do diagnóstico, colocando uma tônica sobre a questão subjetiva que as envolve. O quadro autístico está presente em nosso cotidiano como um grande desafio, tanto para as famílias, como escola e comunidade. Fato esse que tem despertado o interesse de muitos pesquisadores na busca por respostas que contribuam para a compreensão acerca das causas, desenvolvimento e, principalmente, sobre o potencial de aprendizagem dessas crianças.

Nessa perspectiva, falar da inclusão da criança com autismo requer, antes de tudo, olhar para a escola como um lugar de oportunidades para essas crianças descobrirem e aprimorarem suas habilidades e potencialidades. Por esse motivo é de suma importância a luta pela inclusão escolar. Esse paradigma está amparado na Constituição Federal (1988), que afirma ser a educação um direito de todos, sem distinção. Este direito está pautado também, na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, que assegura os direitos da pessoa autista, ao mencionar o direito à Educação e ao ensino profissionalizante.

De acordo com a Lei 13.146/2015 que trata do Estatuto da Pessoa com Deficiência, o objetivo é promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades das pessoas com deficiência, assim como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que luta pela inclusão política, cultural e pedagógica, pautada na defesa do direito de todos os alunos aprenderem e participarem juntos, sem nenhuma discriminação.

Dessa forma, é papel da escola abraçar e participar dessa luta, refletindo e proporcionando práticas que despertem a curiosidade e busquem garantir a

permanência escolar do aluno. Assim, a pesquisa busca contribuir nesse processo de inclusão das crianças com autismo, respeitando seus interesses e individualidades.

2- O PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 - A EDUCAÇÃO INFANTIL: INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O autismo está cada dia mais presente nas escolas, desafiando os profissionais a inovarem suas metodologias para enfrentarem os desafios. Uma criança com autismo apresenta dificuldades na interação social e outros aspectos, ocasionando muitas vezes uma instabilidade emocional, principalmente no que se refere à sua dinâmica, tempos e espaços.

A escola é um lugar de relações, interações e trocas entre os indivíduos, que propicia a construção do ser humano. Mead (apud CAMARGO, BOSA, 2009) foi um dos primeiros sociólogos a escrever sobre a formação de uma identidade social por meio das interações com outro e o ambiente escolar pode ser visto como um espaço de grande relevância na educação, formação e no desenvolvimento das crianças. Dessa forma, é importante que os profissionais busquem se qualificar em relação ao autismo para que os alunos recebam um atendimento de acordo com suas necessidades, garantindo a sua aprendizagem e desenvolvimento sócio emocional. Ao falar de inclusão é importante estabelecer metas e finalidades desse processo, antes mesmo da inclusão no âmbito escolar. Atualmente a inclusão escolar é vista como uma educação voltada para pessoas com necessidades especiais, como é o caso de crianças com autismo, deficientes auditivos, visuais, mentais e físicos, porém ao invés de segregar alunos por suas diferenças, a ideia da educação inclusiva é valorizar as particularidades de cada um para criar um ambiente de convivência mais plural.

A inclusão está prevista no artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 2009), que especifica ser dever do Estado garantir atendimento educacional especializado

aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, acolhendo no sistema de ensino, todas as pessoas, sem exceção, independentemente de suas especificidades.

A Constituição reconhece a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas, conforme estabelecido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Destaca-se que a BNCC - Base Nacional Comum Curricular(2017) cita apenas em duas páginas do documento a expressão Educação Especial. Primeiramente ela é mencionada como referência à modalidade de ensino, conforme a legislação, informando a necessidade da organização do currículo, para manter coerência às diferentes modalidades. A segunda apresenta os objetivos dos anos iniciais e destaca a importância da inclusão de alunos da Educação Especial. Esse é o único momento que a BNCC menciona sobre a inclusão de crianças com deficiência:

Nos anos iniciais, pretende-se que, em continuidade às abordagens na Educação Infantil, as crianças ampliem os seus conhecimentos e apreço pelo seu corpo, identifiquem os cuidados necessários para a manutenção da saúde e integridade do organismo e desenvolvam atitudes de respeito e acolhimento pelas diferenças individuais, tanto no que diz respeito à diversidade étnico-cultural quanto em relação à inclusão de alunos da Educação Especial. (p. 327).

Sendo assim, percebemos que a BNCC traz uma intencionalidade para um trabalho pedagógico em vias universais, onde a Educação Infantil tem um grande vínculo com o cuidar, o que é comum aos demais documentos, em relação ao cuidado com o corpo, alimentação, higiene, é importante, mas acredita-se que a Educação Infantil deve ir além do educar para a autonomia e visar o desenvolvimento infantil como um todo.

Quando se trata de educação, logo pensamos nas trocas de saberes entre educador e educando através de diálogos desenvolvidos entre ambos. Nesse sentido, a Educação é entendida como um processo em que a relação entre professor e aluno

é essencial para o desenvolvimento do educando. Assim, podemos dizer que no processo de inclusão escolar, a relação social torna-se ainda mais importante, pois o aluno incluído necessita de uma atenção especial como sujeito, com uma forma singular de ver o mundo, mas capaz de compartilhar os seus saberes.

Considerando os pressupostos acima, para pensar no processo de inclusão de crianças com autismo é necessário que o professor conheça a criança que vai fazer parte da turma e desta forma, desconstruir as dificuldades que muitas vezes impedem um processo educacional de qualidade, independentemente das peculiaridades desse sujeito.

O ponto inicial para que ocorra o processo de inclusão da criança com autismo é a parceria do professor com os demais profissionais que acompanham o aluno, como o professor de educação especial, terapeuta ocupacional, psicólogos, dentre outros, identificando as potencialidades, limitações e possíveis barreiras que possam ser superadas. No entanto, os familiares, professores, e profissionais que acompanham a criança fazem parte de seu processo de escolarização e as atividades devem ser desenvolvidas numa proposta de ação articulada entre ambos os serviços. É fundamental que haja um trabalho em conjunto desses profissionais, cada um dentro da sua área de atuação, para assegurar que as experiências cotidianas proporcionem a ampliação das experiências e das aprendizagens.

A inclusão da criança com autismo em uma escola regular é importante para o desenvolvimento das suas potencialidades e principalmente em razão da socialização. Por isso, a sua inserção deve ser acompanhada através de um trabalho pedagógico capaz de facilitar e contribuir com o desenvolvimento do aluno. Para alcançar esse objetivo, cabe à escola desenvolver um trabalho que vise o desenvolvimento integral, rompendo os padrões que delimitam as possibilidades de desenvolvimento das crianças. A inclusão escolar deve possibilitar à criança com autismo o contato e aprendizagem com outras crianças, respeitando a subjetividade e especificidades de cada um. A escola possibilita a vivência e as experiências infantis a partir da relação com o outro, mas ainda há inexistência de estruturas institucionais e especialização dos docentes para dar sustentação à inclusão. Os profissionais da educação conhecem toda a historicidade a respeito do autismo, os direitos dessas

crianças na sociedade e ambiente escolar, mas na prática cotidiana ainda permanece a dificuldade para que uma verdadeira inclusão aconteça.

Para as crianças com autismo ou outros transtornos do desenvolvimento o processo escolar não é fácil, devido às especificidades, dificuldades na comunicação, na interação social e problemas no desenvolvimento de forma geral. A escola continua na busca para o cumprimento dos direitos das crianças no que diz respeito à convivência com os colegas, por exemplo. Para Mantoan (2008), a escola para ser considerada inclusiva deve acolher os alunos independentemente de suas condições e deve ter como objetivo principal desenvolver uma prática que seja capaz de educar e incluir todos aqueles que apresentem dificuldades.

Os docentes recebem alunos com dificuldades como relatadas anteriormente. Assim, precisam se apropriar de práticas pedagógicas com sentido no que se refere a processos de aprendizagem, bem como um olhar cuidadoso que possibilite ao mesmo tempo a constituição desse corpo, dessas subjetividades. As práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores são fundamentais nesse processo, além das competências sócio-afetivas e psicológicas. Afinal, segundo Mantoan, “na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar” (BASILIO; MOREIRA, 2014).

Diante dessa reflexão, trago as minhas experiências enquanto professora de uma turma de Educação Infantil com três alunos com autismo, sendo dois irmãos gêmeos e que não possuem linguagem. Desde o ano de 2022 o autismo desafia meus pensamentos. Ficava imaginando como seria ser professora desses alunos, embora já tenha tido experiências em anos anteriores.

Antes de pensar nas práticas pedagógicas, de como realizá-las, não poderia esquecer que são crianças com cinco anos que fazem parte da educação infantil e que, como qualquer outra, precisamos instigar a curiosidade, promovendo uma boa relação social. Nesse sentido, as práticas curriculares reforçam um novo olhar sobre a prática, onde a criança é o sujeito do processo educacional. Assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), garante que

Na Educação Infantil, as aprendizagens essenciais compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências, sempre tomando as interações e a brincadeira como eixos estruturantes. Essas aprendizagens, portanto, constituem-se como objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

A BNCC, apresenta cinco campos de experiência na etapa da Educação infantil; O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e Movimento; Traços, Sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações”. (BNCC, 2017).

Diante desse olhar, passei a pensar em como desenvolver a minha prática com esses alunos. Primeiramente, chamei as famílias para uma conversa no final do ano de 2022, para conhecer os seus contextos. Observei as crianças no pátio da escola e a partir dessas estratégias procurei caminhos para trabalhar. Fiquei angustiada em diversos momentos, pois a Educação infantil é desafiadora e lidar com situações onde o professor tem que promover a inclusão dessas crianças nas atividades de ensino e aprendizagem, são mais desafiadoras ainda. Precisamos observar cada aluno em seu jeito especial de ser, identificando suas habilidades e fragilidades. Procurei trabalhar com práticas diferenciadas. Iniciei o trabalho no verão, proporcionei diversas atividades com água e foi um sucesso! Percebi que além de trazer paz, eles se divertiam e aprendiam. Tivemos a semana da piscina na escola, onde toda a turma participou, colocamos bolinhas coloridas e através das brincadeiras na água, trabalhamos as cores e a contagem dos objetos.

Meus alunos, são crianças maravilhosas, inteligentes, que nos surpreendem e desafiam todos os dias. Em um trabalho em conjunto, com a educadora especial da escola, família e monitoras percebo grandes avanços no desenvolvimento dessas crianças. Com os seus jeitos singulares de ser, construímos uma relação linda. Interagimos através das letras móveis, ao passo que constróem palavras e frases sobre diversos assuntos das aulas. São grandes as conquistas, mas o que mais alegra o meu coração é o olhar deles me procurando pela sala, o abraço e o colinho que eles pedem com os braços levantados e um sorriso no rosto.

São muitas evoluções e também dias de grandes desafios, mas aprendi que nós professores devemos trabalhar com práticas diferenciadas, promovendo da melhor forma a inclusão dessas crianças e também a participação de toda a turma, pois é um trabalho em conjunto. Cada aluno é diferente, cada criança é única, assim devemos ter consciência

(...) que no ensino do aluno com Transtorno de Espectro Autista, não há metodologias ou técnicas salvadoras. Há, sim, grandes possibilidades de aprendizagem, considerando a função social construtivista da escola. Entretanto, o ensino não precisa estar centrado nas funções formais e nos limites preestabelecidos pelo currículo escolar. Afinal, a escola necessita se relacionar com a realidade do educando. Nessa relação, quem primeiro aprende é o professor e quem primeiro ensina é o aluno (CUNHA, 2015, p.49).

Sobre a forma de trabalhar com meus alunos, é um desafio a cada dia, principalmente pela dificuldade que ainda tenho de lidar com a forma de comunicação deles. Para auxiliar nesse processo de inclusão escolar, a comunicação visual é fundamental para alunos com autismo, ela contribui para a estrutura do ambiente em que o aluno está inserido, de forma que ele possa compreender e sentir-se parte daquele mundo. Assim, cartazes ou fichas comunicativas que orientem a rotina, como o uso em determinados lugares, como por exemplo, as idas ao banheiro, lavar as mãos da forma correta, guardar os brinquedos, são importantes e contribuem para a socialização do aluno e colegas.

Na sala de aula da Educação Infantil, a prática do professor deve ser baseada na compreensão e observação do que precisa ser trabalhado, de que forma realizar as atividades, sempre observando o comportamento das crianças, tanto da criança com diagnóstico de autismo, quanto das outras crianças com este aluno. As propostas de atividades devem ser bem elaboradas, por meio do incentivo ao brincar em suas variadas formas, pois a Educação Infantil possibilita não só o desenvolvimento social, como também o físico, motor e cognitivo de maneira global, construindo condições para que as crianças construam habilidades para o processo de escolarização.

Outro aspecto importante é a família, que, juntamente com a escola, têm papel fundamental no desenvolvimento de uma criança com autismo. Ambos devem

compreender e respeitar o processo de descoberta que vivem. Compreender que suas percepções, por vezes, parecem desorganizadas. A audição é sensível, seu olfato aguçado. Diante de tantas peculiaridades é preciso entender essa criança em seu modo particular de ser, respeitando o seu tempo e acreditando em seu potencial. A criança com autismo tem o pensamento concreto, literal, por isso é importante evitar expressões de duplo sentido. Questionamentos ou qualquer interação deve ser clara e objetiva, para que possa interpretar e se expressar a partir daí. Outra forma de comunicação é através do corpo, principalmente quando a linguagem oral é limitada. A linguagem corporal tem muito a dizer, o isolamento ou inquietação como movimentos repetitivos com as mãos e pés, pode ser um sinal de alerta que algo está causando incômodo (NOTBOHM, 2005; 2016).

2.2- CONHECENDO UM POUCO DO AUTISMO NA VISÃO PSICANALÍTICA

Na visão médica, o autismo é visto como um transtorno que causa um atraso no desenvolvimento, comprometendo a interação e socialização com outras pessoas. Ele é diagnosticado em crianças nos primeiros anos de vida, através de avaliações clínicas por dificuldades relacionadas à socialização e comunicação, incluindo padrões de comportamentos estereotipados.

Leo Kanner foi o primeiro a descrever esse quadro, em 1943 (Mendes,2011). A partir do estudo feito por Kanner, e diante do número cada vez maior de crianças diagnosticadas com autismo, diversas pesquisas têm sido realizadas, em busca da causa genética.

Diante de tantas pesquisas, a psicanálise vem com um olhar mais humano, a favor da ética de bem-dizer o desejo (Wendling & Coelho, 2016, p. 144). Para a psicanálise não existe o autista, existe um ser humano único, com suas subjetividades. Segundo Laurent (2014), cabe à psicanálise restituir a essas questões à complexidade que lhes é própria, pois “elas contêm, com efeito, uma demanda, a de que

enfrentemos a angústia da incerteza para não cair nas tentações autoritárias do modelo único” (Laurent, 2014, p. 24).

A visão psicanalítica traz um saber sobre a subjetividade humana que pode contribuir para o tratamento do autismo. Segundo os pressupostos de Sigmund Freud e de Jacques Lacan e nas experiências clínicas com autistas, a psicanálise de Orientação Lacaniana tem trabalhado com a hipótese do autismo como uma estrutura psíquica, ou seja, o autismo não é uma doença ou uma deficiência, mas uma forma de estar no mundo, assim como as demais estruturas clínicas, psicose e neurose (Freud, 1924/1973b). Portanto, não trata-se de uma doença, não há uma busca pela cura, mas sim, por um lugar de subjetivação para esse sujeito.

A psicanálise embora não seja muito abordada na Pedagogia, ela surgiu há mais de cem anos, com a análise do pequeno Hans, realizada por Freud. O pai de Hans fazia observações do comportamento do filho e enviava por carta para Freud. A partir desse momento, muitos analistas se interessaram em compreender as causas dos conflitos infantis. Mas, quem pensou em uma clínica psicanalítica para crianças com autismo foi Melanie Klein, psicanalista inglesa. Usou o brincar como ferramenta para ouvir os pequenos pacientes, afirmando que é através desse instrumento que a criança expressa suas fantasias e expõe seus conteúdos. Outro expoente e que se interessou muito pelas construções das crianças foi Winnicott. O psicanalista voltou seu olhar para o estudo do desenvolvimento infantil, seguindo a linha de Klein, atentando-se para uma forma particular de compreender a constituição do ser como uma identidade unitária, o “si mesmo”.

Winnicott se diferencia dos demais teóricos da psicanálise por considerar a relação ambiente-indivíduo em todos os processos, principalmente no que se refere à constituição do si mesmo, base para a constituição da identidade. Ele prefere nomear o autismo, como “esquizofrenia da infância inicial” ou “esquizofrenia da infância posterior”. Para Winnicott, o autismo trata-se de uma organização de defesa relacionada a falhas ambientais ocorridas nos estágios iniciais do processo de maturação. O autor não descarta a possibilidade da ocorrência de danos cerebrais, mas enfatiza que, ainda nesses casos, as investigações das provisões ambientais não podem ser descartadas (WINNICOTT, 1997).

Embora Winnicott tenha focado seus estudos na psicanálise dos bebês e da infância, muitos de seus conceitos são estendidos a outras fases como, adolescência e idade adulta. Ele concebeu o ser psíquico a partir do seu nascimento, enquanto Freud e Klein estudavam a psique humana. Para ele, o bebê não existe sozinho, ele só pode existir na relação mãe-bebê, formando uma unidade psíquica inseparável. A mãe compreende que o bebê é um ser separado dela, mas para o bebê essa diferença não existe. O bebê percebe-se fusionado à essa mãe e dependente de tudo o que essa mãe possa prover para sua existência. Essa relação é chamada por Winnicott de psicose materna. A mãe vive em torno do bebê e tudo pode ser visto como ameaça e toda a ação é realizada em prol da satisfação do bebê. Embora a psicose seja vista como um transtorno mental, Winnicott vê esta como uma psicose natural, pois a criança está na fase em que ela e a mãe formam uma mesma célula.

A função materna pode ser realizada pela mãe biológica ou por um cuidador que ocupe este lugar. Winnicott chama essa posição de “mãe suficientemente boa”. Ela cuida e zela pelo bebê, mas também favorece um ambiente e situações que contribuam para o desenvolvimento do mesmo. O autor atribui três funções à mãe suficientemente boa: o holding, o handling e a apresentação de objetos (Winnicott, 1993).

A função Holding, é o suporte psíquico e físico oferecido ao bebê pela mãe ou quem exerça o papel de mãe. São afetos relacionados ao proteger, alimentar e limpar, que garantem a previsibilidade do ambiente que será importante à vida psíquica do novo sujeito em formação.

O conceito de Handling faz da mãe ou de quem exerce essa função a responsável por alimentar e proteger o recém-nascido, bem como os cuidados físicos necessários, como a amamentação e o banho. Tais tarefas contribuirão mais tarde para a percepção da imagem corporal dessa criança e da consciência de si. O handling tem uma importância significativa para o desenvolvimento do bebê, pois a forma como a mãe ou responsáveis cuidam dessa criança ajudará na constituição psíquica desse ser, bem como para que se aproprie do seu lugar no mundo.

A terceira função é a apresentação dos objetos, do mundo externo para a criança, na tentativa de apresentar ao bebê um ambiente seguro, mas que o desafie

a novas descobertas. Este processo é facilitado pelo uso dos objetos transicionais que consistem em oferecer ao bebê objetos que o bebê só obtinha na relação com a mãe. A partir desses objetos e eventos transicionais, o bebê vai criando autonomia e novas descobertas vão surgindo. Estes objetos podem também ser pessoas distintas do círculo do bebê.

Assim, se levarmos em conta o processo de constituição da identidade unitária como um processo gradual, passaremos a entender as possíveis consequências disso caso a constituição do eu não aconteça. Como mencionado acima, Winnicott estabelece a relação entre o amadurecimento do bebê e os cuidados que poderão ser determinantes para o desenvolvimento e a sua constituição. Falhas ambientais poderão ajudar na compreensão do autismo, nos enlaces e dificuldades desse processo de constituição do sujeito, conforme Winnicott (1983).

Assim, para Winnicott (1983) o autismo seria a defesa frente a um ambiente que apresentou falhas no estágio de dependência da criança, durante as realizações básicas para a integração do eu. A defesa interrompe a sua relação com o outro e com o mundo, o que não permite então a continuidade de ser, a organização do ego e de suas experiências.

Na visão psicanalítica, as crianças com autismo estão em desenvolvimento da sua subjetividade e cabe aos professores auxiliá-las nesse percurso. Permitir através da inclusão e de práticas pedagógicas transformadoras que elas possam construir um mundo para si, a fim de se apresentarem à sua maneira. Cabe ainda possibilitar mudanças gradativas no sentido de que possam expressar seu mundo interno a partir das propostas que lhes fizermos em termos de escola e de oferta de espaços de aprendizagem. Os estudos realizados por Kupfer (2007) e Vasques (2006) apostam na escolarização como uma alternativa terapêutica. A escola é percebida “[...] como lugar subjetivante para as crianças que, por algum motivo, encontraram um obstáculo no processo de subjetivação” (FREITAS, 2005 p. 122).

A psicanálise aponta, que ir à escola, para as crianças com psicose infantil e autismo poderá ter um valor constitutivo, através da inserção escolar é possível uma retomada e reordenação da estruturação psíquica do sujeito (VASQUES; BAPTISTA,

2003, p. 9). Assim, a psicanálise contribui para a reflexão do desenvolvimento da criança com autismo, destacando o papel do outro nesse processo.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Conforme Marconi e Lakatos (2001), o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica ao permitir um levantamento teórico sobre o tema, contribuindo com referenciais que alavanquem o conhecimento na área de interesse do pesquisador.

A pesquisa bibliográfica tem como finalidade realizar um levantamento sobre as publicações na área pretendida do estudo. Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica é realizada

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Essa pesquisa fará um levantamento das publicações sobre a inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil, usando como base de dados o site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED que promove o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando incentivar a pesquisa educacional a participação das comunidades acadêmica e científica.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa no site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), a fim de buscar pelos Grupos de Trabalhos (GT), que são instâncias de aglutinação e de socialização do conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação. São 23 GTs temáticos, que

congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadas. A pesquisa foi realizada no GT 07, que congrega os trabalhos na área da Educação Infantil, - Educação de crianças de 0 a 6 anos e GT15, que engloba a Educação Especial. A escolha desses GTs se deu em função de que são grupos de trabalho específicos das áreas em questão nessa pesquisa.

A seleção das publicações inclui todos os trabalhos que tiveram como objetivo a inclusão escolar de crianças com autismo na educação infantil. Analisamos os resumos dos trabalhos selecionados, que foram num total de seis e foram excluídos os trabalhos cujo tema não contemplava o objetivo proposto neste estudo ou não contemplava crianças de até 6 anos de idade.

Conforme consta na Figura 1, foram selecionados dois trabalhos:

Figura 1: Resultados dos estudos da educação infantil selecionados para a análise

Autores, ano	Título	Resumo
Fernanda de Araújo Binatti Chiote, 2012	A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DO BRINCAR DA CRIANÇA COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	O presente estudo é um recorte de uma pesquisa de mestrado e tem por objetivo analisar o papel da mediação pedagógica no desenvolvimento do brincar da criança com autismo na educação infantil. Consideramos o brincar como uma atividade infantil que não é natural da criança. O brincar tem sua origem no meio social, nas experiências concretas da criança, que aprende a brincar nas relações que estabelece com outras pessoas mais experientes, adultos ou crianças. Realizamos um estudo de caso em um Centro Municipal de Educação Infantil do município de

		<p>Cariacica-ES, tendo como sujeitos à criança com autismo, suas professoras e as demais crianças de sua turma. A perspectiva histórico-cultural constituiu a base teórica e metodológica, representada pelos estudos de Vigotski (1997, 2007). Nossas análises indicam que diante da criança com autismo e suas especificidades, assim como de qualquer criança, as possibilidades de desenvolvimento não estão predeterminadas; elas são criadas e recriadas nas situações concretas em que suas potencialidades se manifestam de alguma forma, nos processos interativos.</p>
<p>Adélia Carneiro da Silva Rosado e Kátia Patrício B. Campos, 2021.</p>	<p>“MEU DEUS, O QUE EU VOU FAZER COM ESSA CRIANÇA?”: EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO</p>	<p>A inclusão escolar de crianças com autismo em salas comuns vem ocorrendo com maior frequência, desde a década de 90, seguindo o mesmo padrão de outros públicos-alvo da educação especial, graças aos debates e reflexões dos movimentos internacionais e nacionais sobre o direito à educação inclusiva. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é refletir sobre as experiências narradas por professoras da Educação Infantil sobre a inclusão escolar das</p>

		<p>crianças com autismo. Para tanto, assumimos como concepção teórico-metodológica a perspectiva sócio-histórica de Vigotski, que compreende o desenvolvimento humano como um processo complexo de inserção do sujeito na cultura através da mediação do outro mais experiente. Para a produção dos dados, realizamos entrevistas semiestruturadas com duas professoras da rede pública que atuam em salas regulares sem o apoio de professoras auxiliares, o que levou as mães das crianças com autismo a estarem cotidianamente na instituição. Para a análise das entrevistas, utilizamos a proposta de Aguiar e Ozella (2006), os “núcleos de significação”. Os resultados apontam que as docentes promovem estratégias que visam a construção de um espaço inclusivo na Educação Infantil, compreendendo que os pressupostos da inclusão não representam apenas o acesso das crianças com autismo à instituição, mas sua participação efetiva.</p>
--	--	---

Através das seleções dos trabalhos e da leitura dos resumos, foi possível destacar alguns pontos para problematizações, como a importância da mediação

pedagógica no processo do brincar da criança com autismo e as experiências de professoras com a inclusão dessas crianças.

Para fins desse estudo e tendo em vista o número reduzido de trabalhos encontrados, decidimos discutir os dois artigos que fazem parte desse levantamento.

4- DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos estudos teóricos realizados e dos dados coletados trarei a seguir as contribuições que julgo pertinentes para essa discussão.

Com relação ao primeiro trabalho, intitulado A Mediação Pedagógica no Desenvolvimento do Brincar da Criança com Autismo na Educação Infantil, observou-se a importância da brincadeira na infância, principalmente na educação infantil. O brincar não nasce com a criança, ele se dá através da sua interação com o meio e com as pessoas que fazem parte desse universo. A brincadeira não é uma atividade natural, sua função, assim como o psiquismo, depende das condições sociais e culturais em que a criança está inserida (CRUZ, 2015; PINTO & GÓES, 2006).

Vygotski considerou o brincar um fator importante no desenvolvimento da criança em idade pré-escolar, afirmando que, “Parece-me que, do ponto de vista do desenvolvimento, a brincadeira não é uma forma predominante de atividade, mas, em certo sentido, é a linha principal do desenvolvimento na idade pré-escolar” (VIGOTSKI, 2008, p. 24).

Com base nos conceitos de Vygotsky (1991), através do brincar a criança tem a possibilidade de criar e resolver problemas. Assim, o brincar se torna uma forma de comunicação e interação. Percebe-se as inúmeras possibilidades oferecidas pelo ato de brincar, pois é quando a criança entra em contato com o mundo, consigo e com o outro. Para o autor, o brincar faz parte da necessidade, do desejo da criança em participar dessas vivências, contrariando os conceitos da época que tinham o conceito do brincar como mera satisfação infantil.

As brincadeiras contribuem no desenvolvimento da criança, além de serem fortes aliadas no processo de ensino e aprendizagem para os professores. É através

do brincar, que a criança aprende e socializa, criando laços de afeto com a turma e também aprende a dividir brinquedos durante as brincadeiras.

A brincadeira permite a interação com os objetos e colegas e através dos objetos as crianças criam suas próprias histórias e exercitam a imaginação, aproximando o mundo da fantasia e o real, construindo novos saberes. Esse processo imaginário contribui para a aprendizagem da criança, pois ela relaciona suas brincadeiras com o seu cotidiano (Vygotsky, 2008).

No caso de crianças com autismo, não podemos deixar de mencionar as dificuldades ligadas ao seu sistema sensorial, coordenação motora, assim como o brincar, a linguagem e a aprendizagem. Vale lembrar ainda que as atividades de vida diária e interação social (WHITMAN, 2015) são bastante empobrecidas, necessitando de constantes investimentos. A forma como a criança se relaciona com o lúdico é um fator importante para obter o diagnóstico de autismo. Esse é um dado que aparece fortemente nos manuais internacionais, destacando os prejuízos na imaginação ou no faz-de-conta, como podemos ver em manuais diagnósticos internacionais, como o Código Internacional de Doença (CID) de 2010 e o DSM-5 (SCHWARTZMANN, 2011; AMERICAN PSYCHITRIC ASSOCIATION, 2014).

O modo como a criança com autismo brinca, é bem peculiar, apresentando ausência de jogo social ou de imaginação compartilhados, dificuldades em brincar de fingir de forma flexível e adequada à idade e, ainda, apego às regras muito faz-de-conta. (AMERICAN PSYCHITRIC ASSOCIATION, 2014). Essas dificuldades não se apresentam da mesma forma em todas as crianças com autismo, pois ele se manifesta de modo variado em cada indivíduo.

Segundo os estudos de Vigotski e levando em consideração a Teoria Histórico-Cultural, o professor deve observar a criança, destacando suas potencialidades e dificuldades, criando assim, um ambiente favorável para a exploração dos objetos. Dessa forma, incentiva-se a exploração do brincar, a fim de que se estabeleça uma relação lúdica entre ela, os objetos e mais tarde com as demais crianças.

Analisando o que os autores dizem na pesquisa, acredito nesse olhar sensível do educador, na forma como observa seu aluno e posteriormente a mediação. Através das minhas experiências pude observar o quanto meus alunos com autismo

se desenvolveram através da brincadeira. Eles tiveram contato com os brinquedos, em um primeiro momento experienciaram e no decorrer dos dias, aos poucos, fomos apresentando formas de criação. Hoje, esses alunos têm o interesse de brincar e participar de brincadeiras espontaneamente, desenvolvendo suas habilidades, como qualquer outra criança da Educação Infantil.

Já no que se refere ao segundo trabalho - “Meu Deus, o que eu vou fazer com essa criança?”: Experiências de Professoras da Educação Infantil sobre a Inclusão Escolar de Crianças com Autismo, de autoria de Adélia Carneiro da Silva Rosado e Kátia Patrício B. Campos, 2021. Permite refletirmos sobre a experiência em sala de aula, embora tenhamos uma constante construção de práticas, o medo diante do novo sempre causa uma sensação de impotência. A sala da Educação Infantil nos desafia todos os dias, diante das situações cotidianas durante as aulas e também no auxílio às famílias. A união desta com a escola é importante, pois ambas fazem parte do processo de formação dessas crianças e devemos reconhecer a importância de trabalhar em parceria, cada qual com o seu papel, mas ambas com o mesmo objetivo. No que tange à escola, é papel fundamental desenvolver práticas inclusivas, com significado, a fim de que a inclusão realmente aconteça.

Eu, enquanto professora, reconheço que as práticas pedagógicas desenvolvidas por nós, são fundamentais nesse processo, além da consolidação do vínculo sócio-afetivo. Mas, compartilho do mesmo sentimento das demais professoras, em um primeiro momento, temos medo dos desafios que possamos a vir enfrentar pois concordo com Mantoan, quando ele relata que “na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar” (BASILIO; MOREIRA, 2014).

Diante dessa reflexão, acredito na importância da parceria da escola com a família e todos os profissionais que acompanham a trajetória dessas crianças, para que a inclusão realmente aconteça de forma significativa para ambos. A parceria entre família e escola é enfatizada pela Declaração de Salamanca(1994) essa parceria, permite uma participação ativa dos pais na construção dessa caminhada escolar dos seus filhos.

A escola também pode colaborar com as famílias de como agir em casa, de maneira que se tornem contribuintes do processo de inclusão de seus filhos. Dessa forma, destaco a inclusão no sentido amplo, respeitando essa criança e a construção do seu processo.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou descrever o processo de inclusão de crianças com autismo na Educação Infantil e um pouco sobre a visão psicanalítica a respeito da temática.

Diante das pesquisas no site da ANPED, destacamos a importância de debatermos essa temática, que se faz a cada dia mais presente, desafiando as famílias, comunidade e principalmente os educadores. Embora os estudos estejam avançados e tenhamos acesso a várias estratégias para promover a inclusão desses alunos, nós professores ainda temos a sensação de impotência em algumas situações. Sinto, como se estivéssemos caminhando no escuro, tentando diferentes maneiras de encontrar um norte, um caminho.

Segundo os autores e trabalhos pesquisados , ampliei meus horizontes, percebi que não existe uma fórmula mágica de como fazer, o que precisa acontecer no ambiente escolar é um olhar sensível para esses alunos, ver eles como seres

humanos únicos, cada qual com suas subjetividades. Precisamos olhar para os documentos que norteiam a Educação Infantil e colocar o aluno como parte do processo de aprendizagem. Tais documentos são riquíssimos e nos subsidiarão teoricamente para atuar na prática do chão de escola.

No município de São Sepé/RS, onde resido, a escola em que trabalho, é referência de escola inclusiva, pois todos os anos recebemos um número significativo de crianças com autismo. A escola proporciona aos professores e monitores, momentos de trocas com educadores especiais, terapeutas ocupacionais, contribuindo para o trabalho que acontece na sala de aula. Vemos aqui o quão significativos são os espaços para formação de professores. Compreendo a importância desses momentos para a construção da inclusão de forma significativa e vejo os avanços dos meus alunos nesse processo.

Outro viés que a pouco tempo desconhecia e que hoje se tornou um ponto importante ao pensar nesses alunos em sala de aula, foi a visão da psicanálise a respeito do autismo. A psicanálise vem com um olhar que acolhe, que contribui para compreender um pouco o funcionamento desse mundo, do qual eu faço parte. Nessa perspectiva, mudei a visão de querer alcançar todos os objetivos em determinado tempo e passei a admirar a caminhada, não só dessas crianças, mas de toda a turma da Educação Infantil. O olhar da psicanálise me permitiu construir a inclusão que acredito, essa que respeita a subjetividade de todas as crianças, independentemente do diagnóstico ou do jeito peculiar de cada um estar na vida.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: (DSM-5)**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Baptista, V. M. F., & Lajonquière, L. D. (2003). **O infans, a creche e a psicanálise**.
BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão** 2014. Disponível em:<<http://educacaointegral.org.br/noticias/autismo-escola-os-desafios-necessidade-da-inclusao>> Acesso em: 10 maio.2023.

BASÍLIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão**. 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília; MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Câmara de Educação Básica. Resolução n.º 4 de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2015. Disponível em: L13146 <planalto.gov.br> . Acesso em: 15 abril 2023.

CAMARGO, S.P.H.; BOSA, C.A. **Competência social, inclusão escolar e autismo: revisão crítica da literatura**. Psicologia & Sociedade. v. 21, n. 1, p. 65-74., 2009.

CHIOTE, FAB. **A mediação pedagógica no desenvolvimento do brincar da criança com autismo na educação infantil**. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 35, 2012, Porto de Galinhas. **Porto de Galinhas: ANPEd**, 2012. Disponível em <35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15 Trabalhos/GT15-1401_int.pdf>: Acesso em 10 de junho de 2023.

CRUZ, M. N. 2015. **O brincar na educação infantil e o desenvolvimento cultural da criança**. In: Silva, D. N. & Abreu, F. S. (Orgs.). Vamos brincar de quê? Cuidado e educação no desenvolvimento infantil. São Paulo: Summus. (pp. 67-90).

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar – ideias e práticas pedagógicas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

DE ARAÚJO, Conceição A. Serralha. **O ambiente na obra de Winnicott: teoria e prática clínica**. 2003.

Declaração de Salamanca. Sobre princípio, Política e Práticas em Educação Especial. Brasília: Unesco, 1994.. Disponível em: <Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Area das Necessidades Educativas Especiais, 1994 - UNESCO Digital Library.

Diagnóstico, D. V. M., & de Transtornos Mentais, E. (2014). **DSM-V (American Psychiatric Association–MIC Nascimento et al., Trad)**.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS. E. S. Fui bobo em vir? **Testemunhas de uma inclusão**. In. COLLI, F. A. G.; KUPFER, M. C. M. Inclusão Escolar. Travessias: a experiência do grupo ponte pré –escola terapêutica lugar de vida. 2005

Góes, M. C. R., & Cruz, M. N. (2006). **Sentido, significado e conceito: notas sobre as contribuições de Lev Vigotski**. Pro-posições, 17(2), 31-45.

Kupfer, M. C. M. (2007). **Educação para o futuro: psicanálise e educação**. In Educação para o futuro: psicanálise e educação (pp. 155-155).

Laurent, E. (2014) **A batalha do autismo**: Da clínica à política (C. Berliner, Trad., 1. ed.) Rio de Janeiro: Zahar.

Maleval, J-C. (2017). **O autista e sua voz** (P. S. de Souza Jr., Trad.). São Paulo: Blücher. (Obra original publicada em 2009).

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas: 2011 (p. 43- 44).

Mendes, E. (2011). **Breve histórico da educação especial no Brasil**. Revista Educación y Pedagogía, 22(57), 93-109. Disponível em: Visão de Uma Breve História da Educação Especial no Brasil (udea.edu.co). Acesso em 10 de maio de 2023.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: EDUCAO INCLUSIVA: POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (mec.gov.br) . Acesso em: 14 abril 2023.

NOTBOHM, Ellen. **Dez coisas que toda criança com autismo gostaria que você soubesse**. Trad. Mirtes Pinheiro. Florianópolis: Inspirados pelo autismo, 2014, p. 21. pré –escola terapêutica lugar de vida. 2005.

Organização Mundial da Saúde. **Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10**. Porto Alegre: Artmed; 1993.

ROSADO, Adélia Carneiro da Silva; CAMPOS, Kátia Patrício B. **“Meu deus, o que eu vou fazer com essa criança?”: experiências de professoras da educação infantil sobre a inclusão escolar de crianças com autismo**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021) ISSN: 2447-2808 – “Educação como prática de liberdade”: Cartas da Amazônia para o Mundo! Universidade Federal do Pará (UFPA) – set – out 2021. Disponível em <arquivos_35_19. (anped.org.br)> : Acesso em 10 de junho. 2023.

Vasques, C. K. (2003). **Um coelho branco sobre a neve**: estudo sobre a escolarização de crianças com psicose infantil.

Vasques, C. K. (2006). **O atendimento educacional de sujeitos com psicose infantil**: construindo olhares, trilhando novos percursos. In Proceedings of the 6th Psicanálise, Educação e Transmissão.

Vygotsky, L. S. (1991). **Obras escogidas III: Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores**. Madrid: Visor IDistribuciones SA.

Vygotsky, L. S. (2008). **A brincadeira e o seu papel no desenvolvimento psíquico da criança**. Revista Virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, 8(1), 23-36.

WENDLING, M. M.; COELHO, D. M. Do “**não ceder de seu desejo**” ao “**bem-dizer o desejo**”: considerações acerca da ética em Lacan. Fractal, Rev. Psicol. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 144, abr. 2016. Disponível em: SciELO - Brasil - Do “não ceder de seu desejo” ao “bem-dizer o desejo”: considerações acerca da ética em Lacan Do “não ceder de seu desejo” ao “bem-dizer o desejo”: considerações acerca da ética em Lacan. Acesso em: 12 jun. 2023.

Whitman, T. L. (2015). **O desenvolvimento do autismo: social, cognitivo, linguístico, sensório-motor e perspectivas biológicas**. São Paulo: M. Books.
Winnicott D. W. (1997e). **A etiologia da esquizofrenia infantil em termos de fracasso adaptativo**. In Pensando sobre crianças. Porto Alegre: Artmed. (texto original publicado em 1967).

Winnicott, D. W. (1997). **Pensando sobre crianças**. Porto Alegre: Artmed.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1983.

NUP: 23081.158139/2023-99

Prioridade: Normal

Homologação de ata de defesa de TCC e estágio de graduação

125.322 - Bancas examinadoras de TCC: indicação e atuação

COMPONENTE

Ordem	Descrição	Nome do arquivo
1	Ata de defesa de trabalho de conclusão de curso (TCC) (125.322)	TCC- FINAL.pdf

Assinaturas

14/12/2023 17:45:17

MARCIA DORALINA ALVES (PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR (Ativo))
05.24.00.00.0.0 - DEPARTAMENTO DE EDUCACAO ESPECIAL - DEDE



Código Verificador: 3651685

Código CRC: a5878bd4

Consulte em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/autenticacao/assinaturas.html>

